

A heróica origem da monarquia portuguesa: a proposta de João de Barros nos capítulos III 82 e 83 da *Crónica do emperador Clarimundo*¹

Aude Plagnard
Université Montpellier Paul-Valéry ✉

<https://dx.doi.org/10.5209/rfrm.100772>

Resumo: Nos famosos capítulos III 82 e 83 do *Clarimundo*, que narram a visita do herói na região de Lisboa, João de Barros, futuro cronista da expansão portuguesa na Índia, explicita o propósito político da sua novela de cavalaria. A partir da análise destes dois capítulos, comentamos a hábil articulação de fontes clássicas e contemporâneas mediante a qual o prosista deu forma em língua portuguesa a alguns motivos que foram fundamentais, a seguir, para o desenvolvimento do corpus heroico português, incluindo *Os Lusíadas*. A nossa hipótese é que essa capacidade do relato de Barros para sintetizar várias fontes traduzia, em forma poética, uma necessidade política da época: agregar, sob a tutela política da coroa portuguesa, um conjunto dispar de territórios, povos, culturas e línguas.

Palavras-chave: João de Barros, novela de cavalaria, monarquia portuguesa.

ESP El origen heroico de la monarquía portuguesa: la propuesta de João de Barros en los capítulos III 82 e 83 de la *Crónica do emperador Clarimundo*

Resumen: En los famosos capítulos III 82 y 83 de *Clarimundo*, que narran la visita del héroe a Lisboa, João de Barros, futuro cronista de la expansión portuguesa en la India, explica el propósito político de su novela caballeresca. A partir del análisis de estos dos capítulos, comentamos la hábil articulación de fuentes clásicas y contemporáneas a través de la cual el prosista dio forma en lengua portuguesa a algunos motivos fundamentales para el desarrollo del corpus heroico portugués, incluido *Os Lusíadas*. Nuestra hipótesis es que esta capacidad del relato de Barros para sintetizar diversas fuentes traducía, en forma poética, una necesidad política de la época: reunir, bajo la tutela política de la corona portuguesa, un conjunto dispar de territorios, pueblos, culturas y lenguas.

Palabras clave: João de Barros, novela de caballerías, monarquía portuguesa.

FR Les origines héroïques de la monarchie portugaise : la proposition de João de Barros aux chapitres III 82 e 83 de la *Crónica do emperador Clarimundo*

Résumé: Dans les célèbres chapitres III 82 et 83 de *Clarimundo*, qui relatent la visite du héros à Lisbonne, João de Barros, le futur chroniqueur de l'expansion portugaise en Inde, explicite le propos politique de son roman de chevalerie. À partir de l'analyse de ces deux chapitres, nous commentons l'habile articulation des sources classiques et contemporaines par laquelle le prosateur a donné forme en langue portugaise à certains motifs fondamentaux pour le développement du corpus héroïque portugais, y compris *Les Lusíades*. Notre hypothèse est que cette capacité du récit de Barros à synthétiser diverses sources traduit, sous forme

¹ Agradeço a leitura destas páginas aos colegas que me ajudaram a redigi-las: Aurelio Vargas Díaz-Toledo e Pedro Álvarez Cifuentes. Também agradeço aos anónimos avaliadores deste artigo as suas rigorosas correções linguísticas e as pistas de reflexão muito estimulantes que lançaram. Algumas foram aqui incorporadas; outras ficam para futuros desenvolvimentos deste trabalho.

poétique, un besoin politique de l'époque : rassembler, sous la tutelle politique de la couronne portugaise, un ensemble disparate de territoires, de peuples, de cultures et de langues.

Mots clé: João de Barros, roman de chevalerie, monarchie portugaise.

Sumário: 1. Clarimundo e a figuração do império nos capítulos III, 82 e 83. 2. A genealogia profética dos reis de Portugal. 3. Lisboa, centro da geografia imperial. 4. Uma Lyx-boa grega e troiana: uniões míticas e etimológicas. Bibliografia.

O capítulo 82 do livro terceiro provavelmente seja o lugar mais comentado do *Clarimundo* de João de Barros: neste passo, o futuro cronista da expansão portuguesa na Índia explicita o propósito político da sua novela de cavalarias, confere-lhe uma tonalidade épica e, em consequência, faz da sua cavaleiresca *Crónica* um antecedente importante do corpus heroico português, incluindo *Os Lusíadas*². Nesse capítulo tem lugar a profecia do mago Fanimor, que inclui a genealogia dos reis de Portugal descendentes do herói Clarimundo, e, logo a seguir, o relato, pelo rei mouro de Lisboa, Fíbar, da fundação de Lisboa e do povoamento antigo de Portugal. O início do capítulo 83 mostra as consequências desta fundação antiga no presente da diegese. Nas páginas a seguir, iremos analisar a hábil articulação de fontes clássicas e contemporâneas mediante a qual o autor compôs este capítulo e deu forma em língua portuguesa a alguns motivos que foram fundamentais, a seguir, para o desenvolvimento da épica. A nossa hipótese é que essa capacidade do relato de Barros para sintetizar várias fontes traduzia em forma poética uma necessidade política da época: agregar, sob a tutela do império português, um conjunto díspar de territórios, povos, culturas e línguas.

1. Clarimundo e a figuração do império nos capítulos III, 82 e 83

Clarimundo, o cavaleiro epónimo da crónica, figura o herói ideal, espelho de príncipes, que João de Barros apresentou à corte do jovem D. João III, ao serviço do qual se encontrava nesse momento (Reis 2013 e 2018). Conforme as convenções do género cavaleiresco aqui mobilizado, o príncipe cultivava as virtudes do corpo, enquanto guerreiro, e o cuidado da alma, enquanto galante namorado; duas aprendizagens desenvolvidas, segundo Ana Márcia Alves Siqueira, nos livros primeiro e segundo da *Crónica* (2005). O livro terceiro, no entanto, acrescenta a estas qualidades físicas e morais a legitimidade transcendental da personagem para exercer o governo, legitimidade confirmada pela profecia do glorioso e régio futuro prometido aos seus descendentes. A caracterização da personagem ecoa a representação do poder político, para formar «a alegoria do sonho imperial português» e a sua «vocaçã ao “império universal”» (Siqueira 2005: 128).

Julgo que esta ideia merece ser aprofundada à luz dos capítulos III, 82 e 83: da mesma maneira que Clarimundo tira a sua grandeza da capacidade para acumular e compendiar virtudes, os ditos capítulos mostram a necessidade de agregar forças e legados díspares e eventualmente contrários para fundar um império mundial como era o império português a partir do Renascimento. Esta dinâmica acumulativa e agregadora encontra nesse capítulo uma formulação poética digna de consideração. O projecto narrativo de João de Barros aspira a ser o ponto de encontro entre várias tradições ou legados concorrentes: a nível poético, entre o maravilhoso que abunda na história do fictício Clarimundo e a matéria histórica que nutre a genealogia dos reis portugueses; a nível genealógico, entre as hipóteses da origem húngara ou da origem imperial de Clarimundo, como bem explicita a «Concordancia que o traslador faz antre dous coronistas sobre a vinda de dom Anrique neste reynos despanha e sobre a sua genealogia»; a nível religioso, entre as raízes cristãs do herói medieval e a origem pagã da cidade de Lisboa. Para unir essas múltiplas dimensões, observaremos como João de Barros combina vários modelos poéticos entre si.

O capítulo 82 é um dos mais longos da *Crónica* e divide-se nitidamente em duas partes³. A primeira (f. 129v-133r) decorre depois de Clarimundo ter libertado os moradores de Sintra dos maus-tratos do gigante Morbanso. Seguidamente, ante o desejo expresso por Clarimundo de conhecer melhor essa amena terra, Fanimor lhe revela a «rho[n]rra» e «mayor louuor» (129r) que nela lhe são guardadas. Esta predestinação é obra da vontade divina, como descreve detalhadamente o exórdio do discurso de Fanimor:

Tomai o que vos d[eu]s quer dar [...] E por saberdes qua[n]ta merçe vos faaz Alem das q[ue] tendes vistas, he nessecario encomendarvos a elle dando lhe graças por tamanhos benefícios, porque com sua ajuda eu vos direy oje algu[m]a parte de quantas cousas seram feytas nesta terra, antre todas a de mayor perfeçam; assy na vo[n]tade de d[eu]s como no uso dos home[n]s. E pera cousas tam altas como vos sam prometidas e q[ue] do consystorio da sacra tri[ny]dade vem forjadas, co[m]pre espedirdes de vos todallas lembranças e cuidado que vos pode[m] torvar o juyzo, e terdes hu[m]a co[n]çiência muy casta e limpa pera as ouuyr [...]. E por este logar nam ser conueniente pa o q[ue] quero dizer, vamos a outro mais contemplativo (f. 129r)⁴.

O conteúdo profético do discurso é antecipado pelas circunstâncias nas quais acontece a revelação: um lugar elevado («o ayrado da mais alta torre, donde parecia gra[n]de parte do mar e terra»), conforme ao

² Veja-se a longa lista de lugares críticos sobre a relação entre o *Clarimundo* e a épica identificada por Flávio Reis, incluindo Francisco Sotero dos Reis, Teófilo Braga, António José Saraiva, Ettore Finazzi-Agrò ou Eduardo Lourenço (Reis 2013: 22).

³ Sigo, neste aspeto, a conclusão de Friedlein (2011), acerca da necessidade de ler conjuntamente as duas partes do capítulo.

⁴ Cito pela digitalização do exemplar R/11727 da Biblioteca Nacional de Espanha (Barros 1522), conservando as grafias originais, mas desenvolvendo as abreviaturas.

motivo épico da *teichoskopia*⁵; a luz da lua cheia; ou as roupas rituais levadas pelo mago («h[m]as roupas de lynho largas a maneira dalua que debaixo trazia, e apertada hu[m]a touca na cabeça pondo-se em gyolhos e as mãos leuantadas começou inuocar dizendo», f. 129r). Depois da invocação à «imensa e sacra verdade / verdade da suma e clara potência» [oit. 1], Fanimor manifesta, ante os olhos espantados de Clarimundo, os sintomas ao mesmo tempo do furor poético e da inspiração divina cristã⁶:

Nam teria estas palauras ditas quando foy arabatado dhuu[m] sprito diuino que o ençendeo en ta[n]to furor que as vezes parecia huu[m] gigante: otras de muyto menos corpo do que era. Tudo ta[m] mauruilhoso que Clarymundo sespantaua dos meneos q[ue] lhe vya fazer: porque ora oulhaua contra o oriente ora ao oçydenste: fazendo pera todallas p[ar]tes o synal da cruz. E com o feruor daquelle esprito profetyco pondo os olhos na lua disse... (f. 129v)

Outra característica desta espiritual elevação é a mudança do estilo, marcada pela interpolação, no meio da prosa, de versos, de maior tamanho tipográfico. Trata-se, de facto, de um dispositivo visual inédito na *Crónica*, que torna este fragmento facilmente identificável no conjunto da obra (cfr. fig.1):

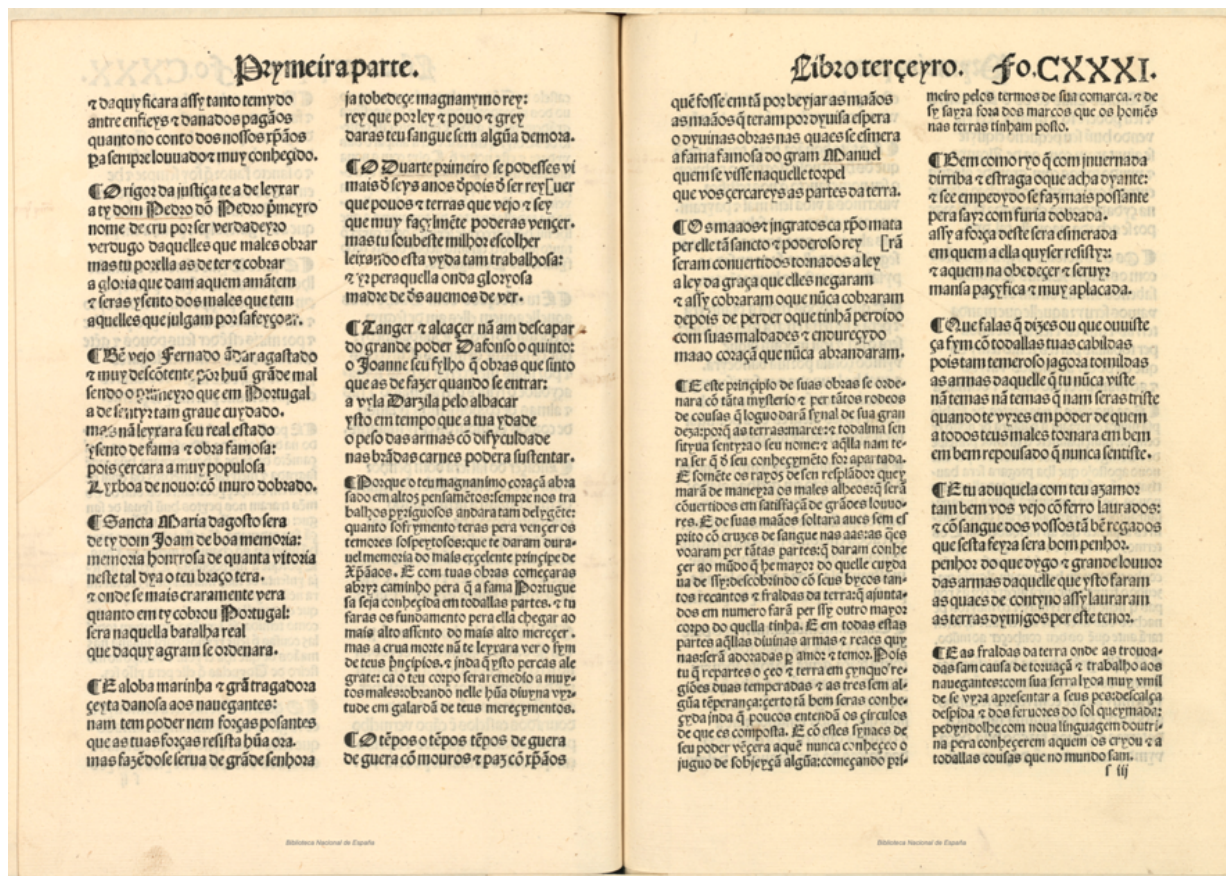


Fig. 1: Barros 1522: f. 135v-136r

A métrica elegida – umas oitavas de *arte mayor* com rimas em ABBAACCA – também faz parte das marcas do estilo sublime. Em Espanha, no século xv, a estrofe de oito versos de *arte mayor* era «la reina de coplas» (Valero Moreno 2016). Este esquema rímico tinha sido usado em vários poemas, entre os quais contamos pelo menos dois grandes modelos épicos: o *Laberinto de Fortuna* de Juan de Mena, redigido no meio do século xv, e, em data já mais próximas ao nosso Barros, o *Retablo de la vida de Cristo* de Juan de Padilla (1506)⁷.

Esta acumulação de marcas de tom sublime serve de enquadramento à profecia da genealogia dos reis de Portugal, que passaria a constituir um modelo fulcral para épica portuguesa, com frequência acompanhado de uma descrição geográfica, como observaremos nas partes 2 e 3 do presente artigo.

A segunda parte do capítulo (f. 133r-136r), ao contrário da profecia que antecipa o futuro, projeta-nos nas antiguidades da Lusitânia. Responde, todavia, ao mesmo propósito de dotar o Portugal coevo de umas origens heroicas, remontando desta vez aos confins do tempo histórico e do tempo mítico. Fibar, o rei mouro

⁵ O modelo literário deste motivo é a visão por Príamo dos reis aqueus desde as muralhas de Troia (*Iliada*, III, 161-242). Esta técnica narrativa foi analisada em estudos sobre as características do narrador homérico (Jong 1987, Richardson 1990) e mais especificamente em Jong / Nünlist 2004. A recepção deste motivo na épica vernácula espanhola, posterior ao *Clarimundo*, tem sido estudada por Blanco (2023).

⁶ Sobre estes aspetos da descrição de Fanimor, veja-se Friedlein (2011).

⁷ Não existem, no meu conhecimento, estudos métricos sobre estes versos de João de Barros. Dispomos, porém, de dois estudos que podem facilitar a sua compreensão: Gómez Redondo (2013), Márquez Guerrero / Gómez Canseco (2023).

de Lisboa – explicitamente qualificado como cortês cavaleiro e «amador da verdade» –, encarrega-se de contar as origens pagãs da fundação de Lisboa, onde se situará a corte da futura monarquia. Esta história remonta-se aos guerreiros da Antiguidade que se espalharam pelo Mediterrâneo após a guerra de Troia, conectando Portugal com a moda europeia das genealogias bíblicas e heróicas bem desenvolvida na Idade Média, e reativada, em datas muito próximas, pelas *Antiquitatum variarum volumina XVII* de Ânio de Viterbo (1498)⁸. Para o caso português, existia uma ampla tradição geográfica, mitográfica e historiográfica que atribuía a fundação de Lisboa ao grego Ulisses, desde Estrabão (*Geographia*, III 4,3) e, posteriormente, Marciano Capella, Isidoro de Sevilha, Lucas de Tui, Juan Gil de Zamora ou Alfonso X, até Damião de Góis na *Urbis Olisiponis Descriptio* (1554)⁹.

João de Barros segue esta tradição – que descreveremos de forma mais aprofundada na quarta parte desta contribuição – e também atribui aos gregos a fundação de outras várias cidades (mencionam-se, além de Lisboa, Coimbra, Beja e Palmela, e o castelo de Cabelicastro, ou seja, Santarém). Como se não fosse suficiente, também convoca no seu relato mitológico os Troianos, aos quais atribui a edificação de um castelo «[...] q[ue] esta no meyo d[e] huu[m] ryo daguoa salgada perto daq[ui]» – isso é, no estuário do Tejo –, castelo prometido a um singular destino supostamente descrito nas fontes antigas (f. 133r); esse último detalhe permite a Barros unir esta digressão histórica com o fio principal do seu relato. Para compreender plenamente este excursus mitológico e a sua relação com a intriga principal, é preciso prolongar a leitura até ao capítulo 83 (f. 136r-137r)¹⁰, onde se narra a visita que Clarimundo faz deste «castelo encantado», ao qual ninguém antes tinha conseguido aportar. Vencidos os obstáculos que lhe permitem provar o seu valor de herói – a travessia do rio no meio de uma grande tempestade e uma batalha contra quatro guerreiros guardiães – chega Clarimundo às portas do castelo, nas quais

[...] estauam hu[m]as letras brancas que dyziam: «Aquele bem ave[n]turado que me ler será merecedor de governar a feroz Lisutania; ou da sua geraçam virá o ponydor do sangue dañado que la[n]cara tal seme[n]te fora destes termos. E porq[ue] as otras cousas de tal calydade quando aqui chegar lhe serem ja manyfestas pelo gran Fanyomor; seja somente co[m] estas palauras satysfeyto poys inda nyngue[m] chegou a tamanha be[m] auenturança. E o questaa encuberto neste Castelo nam será delle visto: porque os seus olhos na[m] sejam vyolados com cousas fora do quelle cree» (f. 136v).

Esta inscrição antiga vem confirmar a profecia de Fanimor e atribuir à descendência de Clarimundo o ilustre papel de conquistadores de Portugal contra os muçulmanos e heróis da expansão ultramarina. A destruição súbita do castelo, afundado por um terremoto logo a seguir à visita de Clarimundo, permite fazer desaparecer um elemento fictício cuja existência Barros não poderia ter justificado, tanto pela ausência de qualquer base arqueológica que confirme a existência deste monumento quanto pela inexistência de fontes antigas mencionando a presença dos Troianos na Lusitânia antiga. Interessar-nos-emos mais à frente, na parte 4, por essa singular ficção troiana criada por Barros. Baste dizer, por agora, que o capítulo 83 vem, portanto, confirmar a missão cristã sugerida pela genealogia dos reis de Portugal, procedente de Clarimundo e anunciada desde a mais remota antiguidade. Este último aspeto parece fundamental para o motivo da rivalidade entre a antiguidade e a modernidade, a *Überbietung* de Curtius (1989: I, 235-239), característica do Renascimento: os ilustres heróis da guerra de Troia teriam sido, segundo Barros, os primeiros admiradores das grandezas dos reis lusos.

Este longo episódio em duas (ou talvez três) partes reúne, portanto, alguns dos motivos fundamentais da posterior tradição épica, que proponho estudar sucessivamente: a genealogia dos reis de Portugal, a geografia do império marítimo, e a filiação da monarquia portuguesa com os heróis da Antiguidade.

2. A genealogia profética dos reis de Portugal

A genealogia dos reis de Portugal, se bem que ocupe uma porção mínima do amplíssimo texto da *Crónica*, destaca-se por uma série de indícios paratextuais que a tornam central no projecto literário e encomiástico de João de Barros. Desde o limiar do texto, o título sublinha a relação genealógica entre o herói e os seus régios descendentes: *Prymera parte da crónica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal descendem*. A árvore genealógica que ornamenta a portada serve de vitrina do texto, levando o leitor desde Clarimundo, raiz da árvore, até D. Manuel, no topo, com o seu filho, D. João III, à sua esquerda. Inclui, no total, dezoito figuras régias que unem, sem quebra de continuidade, os reis das duas dinastias de Borgonha e Avis (cfr. fig. 2).

⁸ Veja-se, entre outros muitos títulos, Bizzocchi (1995) e Tallon (2007). Para o caso espanhol, Cirot (1905) e Grell (2007). Para França, Desbois-lentile (2019).

⁹ Sobre a genealogia da lenda de Ulisses como fundador de Portugal, veja-se Carlos Villamarín (2002) para a antiguidade e o período medieval, Nascimento (2012) para a produção humanística e Kark (2014) para a épica do século XVI.

¹⁰ Na edição *princeps*, dois capítulos sucessivos recebem o número 83; refiro-me aqui ao primeiro, nas páginas indicadas.



Fig. 2. Portada da edição princeps com numeração das figuras

Esta seria talvez uma das características mais notáveis da genealogia de Barros: o ênfase posto na continuidade da sucessão entre os vários reis. Em alguns casos, são realçadas as relações de filiação¹¹. Em outros, são minimizadas as vicissitudes da transmissão do poder. Isso é manifesto na transição entre os reinados de D. Fernando I, último rei da dinastia de Borgonha, e D. João I, iniciador da dinastia de Avis, momento no qual Barros elude qualquer menção à crise dinástica de 1383-1385.

Quando João de Barros compôs o *Clarimundo*, já existia uma antiga tradição de genealogias régias que uniam os gêneros da mitografia, da épica e da historiografia. No caso de Portugal, o famoso *Livro das linhagens* do Infante D. Pedro apresentava, como prelúdio às genealogias históricas, várias genealogias régias míticas. Entre estas, conta-se, depois de Adão (Título I), aquela dos Reis de Troia, descendentes de Dardano (Título II)¹². Estas genealogias também faziam parte do arsenal de motivos desenvolvidos pelos grandes modelos épicos do início do Renascimento. O sexto canto da *Eneida* de Virgílio, então conhecido nas suas versões latinas, estabelecia o princípio de uma continuidade entre o antepassado mítico – Eneias – e o imperador – Augusto –, continuidade expressa através de um catálogo dos reis de Roma e dos grandes heróis romanos (livro VI). A corte de Ferrara, em Emília-Romanha, foi, na segunda metade do século xv, o lugar mais fecundo para o desenvolvimento deste paradigma heroico-genealógico. A elevação de Borso d'Este (1413-1471) ao rango de Duque de Ferrara, Modena e Reggio, em 1452, marcou o início de uma importante política cultural destinada a ilustrar a linhagem. A poesia desenvolveu um papel fundamental nessa política cultural, quando o modelo cavaleiresco inventou uma genealogia iniciada por dois antepassados heroicos: i *capostipiti* (progenitores) Ruggero e Bradamante¹³. No seu poema latino *Borsias*, iniciado a partir de 1460, Tito Vespasiano Strozzi tinha introduzido a personagem do sarraceno Ruggiero enquanto fundador da dinastia d'Este através das menções «Ruggerius heros» e «Rugeria stirps», atribuídas ao Duque Borso d'Este¹⁴. Contudo, foi no *Innamoramento d'Orlando*, composto durante as últimas décadas do século xv pelo sobrinho de Strozzi, Matteo Maria Boiardo, onde o vínculo genealógico entre Ruggiero e a Casa d'Este adquiriu consistência (Tissoni Benvenuti / Montagnani 1999: xxxvii-ci, «Nota al testo»). Boiardo narra, em forma de profecias, como, apesar da sua origem pagã, Ruggiero se converterá ao cristianismo (livro II, canto XXI) e engendrará a família d'Este, cujas gestas são descritas no canto II, XXV, e escudo no canto II, XXIX¹⁵.

¹¹ «Sucedendo a elle o muy generoso / elrey do[m] Afondo anrryquez...» (f. 129v), «O justo Dynis ta[n] noble e cleme[n]te / lhe suçederá como fylho primeyro...» (f. 130r), «O Joanne seu fylho...» (f. 130v).

¹² Consultem-se os vários manuscritos disponíveis no Arquivo da Torre do Tombo, por exemplo os n.º 144 e 148, indicados na bibliografia final.

¹³ Veja-se Venturi (2005) e a abundante crítica por ele citada.

¹⁴ Veja-se a edição de Ludwig (1977).

¹⁵ Para uma contextualização fina de cada um destes elementos no contexto e na cronologia ferrarese, veja-se Venturi (2005).

No terceiro livro, Boiardo aporta ainda mais elementos sobre a origem do ilustre ascendente: além de ser muçulmano (e, portanto, de plantear a questão da relação entre a tradição cavaleiresca italiana e África (Pavlova 2022)), a sua filiação remonta-se aos Troianos através de Astíanax, o filho sobrevivente de Héctor (III, v, 18-31) (Tissoni Benvenuti / Montagnani 1999: «Introduzione»). A elaboração literária desta filiação mítica culminou com o *Orlando furioso* de Ludovico Ariosto, onde se celebram as bodas de Ruggiero e Bradamante (canto XLVI) e onde adquire forma o motivo do catálogo genealógico que vinculava os dois antepassados medievais com o dedicatário do texto, Hipólito de Este, também duque de Ferrara (canto III). João de Barros sem dúvida conhecia a história deste dispositivo laudatório e pretendia aplicá-lo à realeza portuguesa.

A contemporaneidade do *Clarimundo* com as primeiras versões do *Orlando furioso*, publicada em Ferrara em 1516 e 1521, parece-me constituir um dado notável. Barros tinha lido o poema italiano, segundo argumenta Isabel Almeida (2007); ao oferecer a genealogia heróica dos reis de Portugal numa novela de cavalarias, ele não só emulava a tradição italiana em geral: também compunha uma fórmula laudatória muito parecida àquela proposta por Ariosto. No panorama da épica do Renascimento, esta característica da *Crónica de Clarimundo* é notável pela sua precocidade. O caso espanhol permite uma comparação eloquente: só a partir de 1549 existiram textos que aplicaram o dispositivo genealógico-encomiástico do *Furioso* à própria família régia ou às famílias nobres do reino de Valência¹⁶. E estes textos, além de tardios, em comparação com o *Clarimundo*, manifestam uma dependência explícita relativamente ao modelo italiano, sendo traduções ou continuações do *Orlando*. O projecto poético de Barros tem uma maior autonomia no que se refere ao modelo italiano: a proposta do português para a renovação deste motivo virgiliano apresenta uma série de especificidades e originalidades que seria bom confrontar mais de perto com o famoso *romanzo* italiano.

Em ambos os casos, os antepassados da heroica genealogia se remontam à Idade Média e concretizam uma *translatio* heroica a partir de grandes modelos imperiais. Ariosto situa os antepassados lendários da dinastia d'Este, Ruggiero e Bradamante, na época de «Carlo imperator romano» (I,1), em torno ao ano 800. O paladino Ruggiero, personagem pagão da épica francesa medieval, tem filiação com os troianos. Enquanto a Bradamante, é documentada como irmã de Rinaldo e filha do duque Amone. Esta filiação ativa um duplo motivo de *translatio imperii*: desde a cidade antiga de Troia e desde o império carolíngio até à modernidade. Clarimundo também acumula várias origens imperiais, sendo filho do rei de Hungria e herdeiro, através de Polinário, o pai da sua amada Clarinda, do título de emperador de Constantinopla. Por outro lado, Clarimundo foi criado por Grionesa, despojada dos seus domínios pelo duque de Ferrara – poderá interpretar-se esse dado como a inscrição textual de uma relação agónica entre os dois poetas? A *translatio* funciona, portanto, desta vez, desde o coração político da Europa cristã até às suas margens ocidentais, associadas com a modernidade.

Também Ariosto e Barros compartilham uma reflexão sobre a filiação entre heróis legendários e históricos. O filho de Ruggiero e Bradamante, apesar de não ser nomeado explicitamente, é o primeiro da genealogia e foi contemporâneo de Desidério, rei da Lombardia, e de Carlos Magno. É vinculado na ficção com a criação do título nobiliário de Ferrara que, contudo, só a partir do século XIII ostentou a família d'Este. Ariosto força aqui a genealogia para estabelecer uma continuidade cronológica entre a lenda e a história. No caso do *Clarimundo*, a transição da lenda para a história dá-se, com o neto do herói, primeira personagem histórica evocada por Fanimor na genealogia:

E começarey contar das obras de vosso neto, té onde d[e]us quyser; porque a mayor parte das de vossos fylhos antes que deste mundo partaes sereys testemunha dellas (f. 129v).

O filho de Clarimundo e Clarinda, D. Sancho, contemporâneo de Alfonso VI de León (1037-1109), teria sido pai do conde D. Henrique, por sua vez pai de D. Afonso Henriques, que receberia em «dote matrimonial» o condado de Portugal. Na «Concordancia que o traslador faz antre dous coronistas sobre a vinda de dom Anrique neste reynos despanha e sobre a sua genealogia», João de Barros mostra que parte da ficção é pensada para conciliar as duas hipóteses concorrentes sobre a origem do conde D. Henrique – húngaro segundo Duarte Galvão e bizantino segundo Diego de Valera – como bem comentaram Flávio Reis (2013: 65-71) e Isabel de Barros Dias (2019: 184-194). De novo, a articulação entre lenda e ficção permite agregar hipóteses concorrentes.

Quanto ao seu conteúdo narrativo, as duas genealogias também apresentam características diversas. A genealogia da família d'Este é complexa, abarcando a menção de vários filhos, mas reduzindo os episódios históricos ao mínimo (muitas vezes, à simples menção de um inimigo). Pelo contrário, a sequência do *Clarimundo* é mais simples, pois limita a genealogia a uma lista de reis, ainda que esta seja completada com a micro-narração de vários episódios históricos mediante os quais a genealogia se torna resumo da história da conquista portuguesa na península e fora dela (veja-se a síntese proposta na tabela 1). Se bem que Roger Friedlein (2011) avisa que não devemos dar a este aspeto um peso excessivo na interpretação da obra, penso que este foi central para a posteridade do motivo genealógico na poesia épica que se seguiu, especialmente no caso d'*Os Lusíadas*.

¹⁶ Na tradução castelhana de Jerónimo de Urrea (1549), a genealogia da família d'Este foi substituída por uma genealogia da família real até Felipe II (Muñiz Muñiz 2002). Em datas próximas, outra genealogia régia foi publicada, desta vez no *Roncesvalles* de Francisco Garrido de Villena (1555b). Este dispositivo encomiástico também foi aplicado a famílias nobres em outros poemas espanhóis do ciclo orlandino: os valencianos Centelles no caso da *Segunda parte do Orlando furioso* de Nicolás de Espinosa (1555) ou os igualmente valencianos Borja para a tradução do *Orlando enamorado* de Garrido de Villena (1555a) (veja-se Valsalobre 2003 e 2005, Plagnard 2012, Aguilá Ruzola 2023).

Tabela 1. Genealogia dos Reis de Portugal.

Número	Rei	Episódios e características referidos
1	conde Henrique	«dote matrimonial» [oit. 2]: Afonso emperador entrega a terra de Portugal a Henrique guerreiro contra os mouros [oit. 3, vv. 1-4]
2	Afonso Henriques I	vitória de Ourique [oit. 3, vv. 1-4 e oit. 4] Vence 5 reis, o que determina a forma do seu escudo [prosa] Armas cristãs [oit. 5] Tomada de Santarém, Lisboa e Sintra [prosa]
3	Sancho I	Sancho chega ao Guadalquivir, toma a cidade de Silves [oit. 6]
4	Afonso II	Alcacer do Sal [oit. 7, vv. 1-4]
5	Sancho II	rei de virtudes, «de zelo muy sancto e clemente senhor» [oit. 7, vv. 5-8]
6	Afonso III	rei do Algarve, acrescenta «dourados castelos em campo vermelho» na orla das quinas, no escudo [oit. 8] Principais vitórias: Paderne, Alvor, Selir, Loulé e Faro [oit. 9]
7	Dinis I	Justo, nobre, clemente, prudente, fundador de vilas e igrejas [oit. 10] Funda a ordem de Cristo. Morre no mosteiro de Odivelas [prosa]
8	Afonso IV	Passa o mar [oit. 11]
9	Pedro I	«Rigor da justiça», «verdadeiro verdugo» [oit. 12] [não menciona Inês de Castro]
10	Fernando I	Dificuldades militares, eleva os duplos muros de Lisboa [oit. 13]
11	João I	«De boa memória», tomada de Ceuta [oits. 14-15]
12	Duarte I	Sobre a sua morte precoce [oit. 16]
13	Afonso V	Toma de Tânger e Alcácer [oit. 17, vv. 1-2]
14	João II	Toma Arzila na sua juventude [oit. 17, vv. 3-8] Início da fama portuguesa [prosa]
15	Manuel I	Apresentação [oit. 18] conversão dos judeus [oit. 19] expansão ultramarina até terras desconhecidas [prosa] comparação heroica com o rio cheio no inverno [oit. 20] geografia das suas conquistas [oits. 21-38 + 4 fragmentos em prosa]
16	João III	Esperança de Portugal [oits. 39-42, vv. 1-4]

3. Lisboa, centro da geografia imperial

A progressão da genealogia vem estreitamente unida ao avance geográfico da conquista portuguesa até ao Sul da Península. Vários monarcas estão assim identificados, não pela relação de filiação com o anterior rei, mas pela cidade na qual se ilustraram com as armas. No caso de D. Afonso II, «Alcácer do sal será bom penhor [...] / de tuas obras cá neste mundo...» (f. 130r), referindo-se ao cerco de 1217, que abriu aos Cristãos as portas do Algarve. D. Afonso III receberá, nesta sequência, o título de «rey do Algarve», definitivamente adicionado ao título de Rei de Portugal em 1249, ao mesmo tempo que o seu casamento com a condessa de Bolonha, Matilde, que lhe fez merecer o título de conde de Bolonha, justifica a apóstrofe à cidade de Flandres, Boulogne-sur-Mer («Bolonha, bolonha, qua[n]tas d[eu]s p[o]der», f. 130r). Com D. João I, menciona-se pela primeira vez a expansão ultramarina, através da alusão a Ceuta, «[à] loba marinha e gra[m] tragadora / çeyta danosa aos nauegantes», que «nam tem poder nem forças possantes / que as tuas forças resista hu[m]ja ora» (f. 130v) e que cairá nas mãos da monarquia portuguesa em 1415 – alusão logo completada com a menção das conquistas de Tânger e Arzila por D. Afonso V em 1471 (f. 130v). Nada de surpreendente nestas menções geográficas: a história da monarquia portuguesa estava, ao fim e ao cabo, estreitamente relacionada com a expansão aquém e além-mar.

Contudo, o peso da geografia intensifica-se claramente com o reinado de D. Manuel. Se bem que D. João II, filho de D. Afonso V, é assinalado por Fanimor como o rei que começará a «abrir caminho pera q[ue] a fama Portuguesa seja conhecida em todallas partes» e fará «os fundamentos pera ella chegar ao mais alto assento do mais alto merecer» (f. 130v), a morte interrompe de forma prematura a realização destas grandes

empresas. Abrem-se então os novos tempos auspiciados pelo rei D. Manuel, marcados por uma apóstrofe reiterada aos «tempos de guerra» claramente inspirados pelo espírito de cruzada:

Ô te[m]pos o te[m]pos te[m]pos de guera
De guera co[m] mouros e paz co[m] [Christ]ãos
Que[m] fosse emt[ão] por beyjar as mãos
As mãos q[ue] terem por dyuisa es[f]era
O dyuinas obras nas quaes se esmera
A fama famosa do gran Manuel
Quem se visse naquelle torpel
Que vos çercareys as partes da terra (ff. 130v-131r).

A esfera armilar, emblema de D. Manuel, e outras imagens cósmicas, como «os rayos de se[u] respla[n]dor» (metáfora solar) ou as «aues sem esprito co[m] cruces de sangue nas asas» (referindo-se às armas de Portugal) anunciam a expansão que caracteriza o seu reinado, «começando primeiro pelos termos de sua comarca, e de sy sayrá fora dos marcos que os home[n]s nas terras tinham posto» (f. 131r). Abrir-se-á então um tempo caracterizado de novo pelo mistério da profecia («ta[n]to mystério e per ta[n]tos rodeos de cousas q[ue] loguo dar[ão] synal de sua grandeza», f. 131r).

A expansão imperial é descrita como uma força arrasadora mediante uma comparação heróica com o rio que transborda. Esta comparação tira a sua origem do símil homérico usado para pintar as acometidas de Diomedes (V, 87-92) e Ajax (XI, 492-497) na *Iliada*¹⁷, e conheceu uma importante fortuna a partir da sua imitação por Virgílio na *Eneida*¹⁸. Barros introduz, porém, uma variação significativa com respeito deste uso tradicional em cenas de batalhas:

Bem como ryo q[ue] com inuernada
Dirriba e estraga o que acha dyante:
E see empedydo se faz mais possante
Pera sayr com fúria dobrada;
Assy a força deste será esmerada
Em quem a ella quyser resistir;
E a quem na obedecer e seruyr
Mansa paçyfica e muy aplacada (f. 131r).

O rio do império é, de facto, ambivalente: capaz da fúria característica do guerreiro no campo de batalha, também pode mostrar-se majestoso e benevolente com quem cede à sua força e autoridade. Esta última atitude cria uma força centrípeta decisiva para a organização do império. «Em todas estas partes aq[ue]llas diuinas armas e reaes quynas: ser[ão] adoradas p[or] amor e temor» (f. 131r), anuncia Fanimor; e ao longo desse percurso, as cidades e os territórios mencionados, personificados, vêm render homenagem ao rei de Portugal, seja por amor, seja por temor:

Pois banda com todollos reis de Timor,
Ambona, Maluco, e as mais que não diguo
Todos viram trazendo consyguo
Humas amor y otras temor,
Por questes dos meios sam o tenor
per onde se rege a humana vida
E elles a fazem ter muy comedida
Aos grandes reys e fraco pastor (f. 132v).

Algumas cenas da descrição representam cidades do império a inclinar-se ante o poder de D. Manuel, como Azamor, em Marrocos¹⁹, ou Adém²⁰.

A longa digressão geográfica que se segue — 17 oitavas, completadas por quatro fragmentos em prosa — parece seguir o mapa do império, desde Portugal até os confins asiáticos, mimetizando as explorações marítimas que levaram os Portugueses até ao oriente: desde as cidades e reinados da África atlântica (Safim, o protetorado da Duquela e Azamor, São Jorge, a cidade de ouro, e os habitantes da Etiópia e do Congo, evocado através da conversão do seu rei), até ao Cabo de Boa Esperança, que presta obediência aos Portugueses; a costa oriental de África, do Sul ao Norte (a «fiel e leal» Moçambique, a ilha de São Lourenço, Kilwa, Mombaça, Melinde, Pate, e outras várias cidades até Adém); as terras do médio oriente (Fora e Alzania, a região do Nilo, Arábia Félix), até às grandes cidades da costa Sul da Ásia (Ormuz, Macrão, Cambaia, Chaul, Dabul, Goa, Baticala, Onor, Malabar, Cananor, Calecut, Cochim, até Ceilão); para terminar com as terras da

¹⁷ Para uma análise deste símil, veja-se Vatin (2009); para a sua posteridade na poesia alexandrina, Cusset (1999).

¹⁸ Os Dánaos entrando com Pirro nos aposentos de Priamo (II, 496-499); Eneias e Turno lançados na batalha (X, 523-526).

¹⁹ «É tu aduquela com teu azamor / Tam bem vos vejo co[m] ferro laurados: / e co[m] sangue dos vossos ta[m] be[m] regados / que sesta feyra será bom penhor» (131r).

²⁰ «Quilua, Mombaça, Melinde, Pate[m] / Baraba cydade e a balamdarim / com a fraca gente do forte apenym / zapenda, guardafu e o cabo q[ue] tem. / Traram comsigo a gra[n]de adem / inda que venha sanguentada / e com sua dura cabeça quebrada / das forças do rey daquem e dalem» (131v).

Ásia oriental e da Indonésia (os mercadores Quelins e Chatins, e habitantes de Martabão, Rangum, Pegu, Malaca, Patane, Bornéu, Sumatra) e dos arquipélagos orientais (Banda, Timor, Amboína e Maluco)²¹.

Desta lista resulta a formação do império português. Este é apresentado como um conjunto plural e dispar de línguas que, remontando a corrente da expansão portuguesa, concorrem até ao centro do império, a cidade de Lisboa que tanta importância adquire na segunda parte do capítulo:

E aju[n]tada esta diversydade de lenguajes e[n]trarã[o] pella barra da populosa Lixboa q[ue] ficara muy espa[n]tada qua[n]do ouvyr novo to[n]o em suas orelhas: mas co[m] tudo alegrar-se-a sabe[n] do q[ue] ha de ser adorada como primçesa de todas ellas. E no meyo destas festas q[ue] ella em sy verá; vejo eu na sua cabeça naçydo huu[m] resplandor q[ue] dará claridade aos logares sonbryos onde nu[n]ca os rayos do sol entrarã[o] (f. 132v).

Esta iluminação de Portugal sob uma nova luz globalizada resulta ao mesmo tempo da mistura de todas as línguas do império e da sua hierarquização, chegando Lisboa (e a língua portuguesa) a ser «princesa» desse conjunto. Isso justifica a progressão do discurso de Fanimor, que passa então a profetizar o reinado, cheio de esperanças, de D. João III, requerendo para isso uma maior atenção do seu interlocutor, Clarimundo:

por ta[n]to he nesçesario q[ue] vos muy efforçado Clarymundo tenhaes aq[ui] os sentydos muyto mais promptos: porq[ue] as obras desta luz assy como sam novas assy leva[m] outra nova orde[m] fauoreçydas da suma prouide[n]cia q[ue] as ordena pa seu seruiço e amparo daquelles que pereçera[m] fame de justiça (f. 132v).

Apesar de se ter lançado numa nova invocação, para pedir inspiração divina («Agora agora em feytos mayores / me da tu senhor dobrada ajuda...», f. 132v), as forças de Fanimor debilitam-se até desfalecer nos braços de Clarimundo, e lá terminam tanto a descrição geográfica como a genealogia. Regressamos ao fio narrativo das aventuras de Clarimundo e aos progressos do seu conhecimento da terra prometida lisboeta.

4. Uma Lyx-boa grega e troiana: uniões míticas e etimológicas

Lisboa é apresentada por Barros como a cidade fundamental da modernidade portuguesa: desde o ponto de vista histórico, faz parte das primeiras cidades conquistadas por D. Afonso Henriques e está intimamente relacionada com a fundação da monarquia; sob o prisma geográfico, aparece como o centro do império, em torno do qual se congregam as cidades ultramarinas. Esta centralidade de Lisboa é confirmada, depois da profecia de Fanimor, pelo amplo relato de fundação que lhe dedica o rei Fibar, na segunda metade do capítulo 82. Da mesma maneira que vários povos da Europa, especialmente ao longo do Renascimento, escolheram seja um herói troiano, seja um herói grego como ilustres antepassados, Barros pretende com este relato dar à genealogia heroica dos reis portugueses uma legitimidade antiga, anterior ao próprio Clarimundo. Para isso, apoia-se na ampla tradição geográfica anteriormente referida. A respeito dessa tradição, a originalidade do seu relato de fundação reside, mais uma vez, na sua capacidade para sintetizar elementos díspares, neste caso, modelos literários concorrentes. Com efeito, João de Barros inventa, a partir de vários elementos misturados destas tradições antigas, uma história fantástica cuja principal característica é tornar compatíveis os legados homérico e virgiliano, para dotar Lisboa e Portugal de uma dupla ascendência heroica, grega e também troiana.

Esta ficção sincrética funda-se, como era muito habitual na época, numa explicação pseudo-etimológica: a cidade de Lisboa procederia da união entre duas personagens, um jovem príncipe grego respondendo ao nome de Lys e uma princesa troiana chamada Boa pela sua beleza²². Esta explicação mítico-etimológica do nome da capital portuguesa tira a sua origem de um tópico medieval que sustenta a hipótese da agregação dos termos Lis e Boa para formar o nome da cidade. Na *General Estoria* de Alfonso el Sabio, o topónimo Lisboa procede diretamente do nome de Ulisses, ao qual foi agregado o adjetivo latino «bona», «porque le semejó aquel lugar mejor que los que él fasta allí avía falado» (Sánchez-Prieto Borja 2009: 259-260). Outro relato similar aparece na *Crónica geral de Espanha de 1344*, onde Ilixes, descendente do grande herói grego, fundou a cidade, cuja construção foi acabada pela sua filha, Boa (Cintra 1954: 22).

A versão escolhida por Barros não apela a uma relação de filiação, mas a uma aliança matrimonial. Neste caso, a união dos dois jovens determina também a união entre dois povos e duas cidades lusitanas: uma cidade grega, Ulissipo, assim chamada pelo nome do seu fundador, Ulisses, e a cidade lusitana de Troia, fundada, em lembrança da Troia asiática, pelos companheiros de Eneias perto do Tejo, segundo o relato fantástico de Barros. Esta versão distingue-se também de outro tópico da fundação de Ulissipo por Ulisses:

²¹ Só cito aqui os topónimos que consegui identificar com certeza na descrição e que, todos, confirmam a hipótese de uma enuneração orientada, geograficamente, de Portugal para o Oriente. Seria precisa, contudo, uma pesquisa mais detalhada sobre a toponímia ainda não identificada, através de um confronto com as geografias antigas e contemporâneas e com a *Ásia* do próprio Barros. Por outro lado, a produção cartográfica da época sem dúvida teve influência sobre esta descrição geográfica: Barros poderia ter consultado, por exemplo, o padrão real. Se se demonstrasse a validade de tal leitura cartográfica, esta descrição ofereceria outro ponto de contacto com o poema de Ariosto (Doroszlai 1998). Sobre o motivo da descrição geográfica orientada em função da dinâmica imperial, se bem que em poemas épicos posteriores, veja-se Nicolopoulos (2000) e Plagnard (2019).

²² «Neste meyo morreo elrey de Ulisipo e suçedo no reyno huu[m] fylho seu: o qual era tam perdido damores por hu[m]a fylha delrey Fyrpe[n]do de Troya: q[ue] lha deu seu pay per fauoraues partidos q[ue] elle no co[n]trato prometeo. Feyto este casame[n]to: em memoria de sua esposa que se chamaua Boa, e delle q[ue] auia nome Lyx: chamou a sua çydade Ulisipo Lyxboa» (f. 135v). Similar jogo de agregação de termos para a formação de um topónimo encontra-se na *Crónica de Clarimundo* com o caso de «Belifonte»: «Belifonte (q[ue] assi avia já nome Clarimundo por causa da fonte onde o Grionesa achara e da beldade e sua fermosura) estava naquela ylha...» (cap X, f. 11r).

a lenda da sua união matrimonial com uma jovem princesa lusitana, lenda esta, por sua vez, inspirada no relato homérico dos seus amores com a maga Circe ao longo da sua navegação de regresso a Ítaca. Duas décadas depois da publicação do *Clarimundo*, André de Resende proporia assim um relato do matrimónio de Ulisses com uma princesa lusitana, história que inspiraria diretamente historiógrafos e poetas mais tardios como Bernardo de Brito, Gabriel Pereira de Castro ou António de Sousa de Macedo²³. A versão de Barros média entre estas duas tradições: inclui uma aliança matrimonial, mas sem vincular diretamente o herói grego com os Lusitanos, e sem reinterpretar a figura de Ulisses através do filtro virgiliano, como fariam Castro e Macedo. Ao contrário, Barros explora a ideia de um duplo legado, grego e troiano, fundado na rivalidade entre os dois povos e a sua sublimação na fundação de Lisboa. Para chegar a esse resultado, Barros elabora uma complexa narração que reúne Gregos e Troianos na região do Tejo antes de fazer desaparecer os segundos do horizonte.

O ponto de partida do relato de Fíbar é a existência, fictícia, de um castelo encantado situado no meio do Tejo e no qual Clarimundo, no capítulo a seguir, lerá a inscrição que anuncia, desde a Antiguidade, o reinado da sua descendência sobre Portugal. A este monumento se atribui de facto – tanto em fontes orais («se afirma») como escritas («os antigos deste reyno por escriptura te[m]») – uma origem troiana, que entronca explicitamente com um dos fios narrativos da *Eneida* («segu[n]do Virgilyo poeta latino co[n]ta», f. 133r). Estando na Sicília, de acordo com o canto V da *Eneida*, Eneias, após o incêndio de várias naus da sua frota pelas mulheres enfurecidas por Juno, tinha abandonado alguns dos seus seguidores mais fracos e continuado a navegação até a Itália com os seus guerreiros²⁴. Neste ponto arranca o relato de Barros, pondo o foco nos troianos que ficaram para trás, na Sicília:

Dhy a pouco te[m]po começara[m] os p[ri]ncipaes q[ue] aly ficara[m] arependerse do q[ue] tinha[m] feyto em se ap[ar]tar de seu capita[m] Eneas (f. 133v).

Mudados de parecer, e determinados de se juntar com Eneias, fizeram-se ao mar. Tendo sido desviados do seu rumo pelos ventos, entraram finalmente na desembocadura do rio ao pé do castelo então chamado Grafir (que mais à frente seria baptizado pelos árabes como Alcácer), da mesma maneira que Eneias tinha entrado na desembocadura do Tibre, no início do livro VII. Neste castelo, os Troianos encontraram-se frente a frente com Ulisses e os seus companheiros, recentemente chegados a estas terras e já em guerra com os nativos. Gregos e Troianos, possuídos ainda por uma profunda inimizade, começaram a pelejar, unindo-se os segundos à causa dos nativos liderados por Orpinfo. Esta é uma das cenas de tom mais épico da *Crónica*:

E ta[n]ta furia andaua nas suas armas q[ue] na[m] escapou Grego pera contar seu mal. Porq[ue] trazendo os Troyanos representada na memoria a destroiça[m] de sua patrya & morte de seus parentes, ro[m]piam as carnes Gregas de maneira q[ue] o ryo perdeo sua cor. & inda co[m] lhe tyrar as vidas nam eram contentes: ca se la[n]çavam como brauos lyões aos corpos sem almas: & feitos em mil partes dauam co[m] elles de[n]tro no ryo: por na[m] ficar naquella terra reliquias de tam enganosa gente. Acabada esta mortal vyngança de que os naturaes da terra espatauam, por inda nam saberem a causa de tamaño odyo, recolheram os Troyanos co[m] muyto [a]mor ao castelo (f. 133v-134r).

As hipérboles usadas para expressar a força dos golpes, a comparação com os leões²⁵, os motivos, comuns nas canções de gesta medievais, da mudança da cor do rio ou do despedaçar dos corpos dos inimigos na batalha são alguns dos sinais inequívocos da entrada no registo heroico, e uma clara reminiscência do tom do modelo virgiliano. Por outro lado, surge aqui também a questão da memória dos crimes cometidos em Troia, através do motivo da vingança, que prepara a inversão da sorte entre Gregos vencedores e Troianos vencidos²⁶. Este tema reaparece mais à frente no discurso que Orpinfo dirige aos Troianos após a batalha:

Dizendo que [...] se nam enganassem co[m] a prosperidade dalguu[n]s poucos que ella mimosos trazia assy como aos Gregos: ca estes cryaua em tal viço pero no tempo que os mais infunados tiuesse lhe dar a sentir co[m] total destroiçam que tinha outro rosto: e os podía abater no mais baixo assento de sua roda. E ante que de todo feneçam da lhe hu[m]a espera[n]ça de os tornar a seu estado: e a muytos engana co[m] ella e a otros empina no çume de mayor altura: (ca estes sam os seus brincos). Por tanto senhores pois somos gouernados per esta ymiga de toda co[n]stancia: sejamos mais contentes co[m] nossa destroyçam que com a prosperidade sua: pois estando em baixo estado nam nos pode mouer senam pera nos sobir a mayor (f. 134r).

O relato confirma rapidamente esta inversão da fortuna entre Gregos e Troianos, entre vencedores e vencidos de Troia, que também é o fio condutor da *Eneida* de Virgílio, como bem mostrou David Quint

²³ Veja-se Resende (1545), Brito (1597: 65v-67r), Castro (1636) e Macedo (1640). Estudei essa filiação intertextual em Plagnard (2023).

²⁴ Nautes aconselha a Eneias: «Est tibi Dardanius diuinae stirpis Aceste: / hunc cape consiliis socium et coniunge uolentem; / huic trade amissis superant qui nauibus et quos / pertaesum magni incepti rerumque tuarum est; / longaeuosque senes ac fessas aequore matres / et quidquid tecum inualidum metuensque pericli est / delige, et his habeant terris sine moenia fessi; / urbem appellabunt permissio nomine Acestem» (V, 711-718).

²⁵ Em Homero, múltiplas comparações mobilizam o leão a assaltar as suas pressas para descrever os mais sangrentos episódios guerreiros. Em Virgílio, encontramos três dessas comparações (IX, 339-341; X, 454-456 e X, 723-727). Contudo, ao sintagma «bravo leão» parece-me indicar que Barros inspirou-se aqui nas novelas de cavalaria. Segundo o *Corpus Diacrónico del Español*, encontramos este sintagma em *Primaleón* (1512), no *Lisuarte de Grecia* de Feliciano de Silva (1514), no *Floriseo* de Fernando Ber-nal (1516) e múltiplas vezes no anónimo *Polindo* (1526), quase sempre dentro duma comparação heróica.

²⁶ Adeline Desbois-lentile (2019: 70) lembra como é frequentemente empregado este motivo da inversão da fortuna a propósito das consequências da guerra de Troia.

(1993). Em sonhos, aparece ao líder dos Troianos, Rifane, o guerreiro Heitor (como tinha aparecido em sonho Anquises a Eneias, no mesmo canto V), enviado por Júpiter, para lhe indicar que o seu destino é ficar nesta terra e edificar uma nova Troia que seria também outra Roma, paralela àquela que os descendentes de Eneias fundariam no Lácio:

Venho te amoestar que nesta terra faças com teus co[m]panheiros assento & morada: edificando hu[m]a cidade a semelhança da vossa Troya. E nam cures de buscar Eneas, porq[ue] aelle he prometida Italia & a ty Lusytania. & esta he a causa porq[ue] teu coraçam foy comouido a sayr de Cezilia. Por tanto desca[n]sa q[ue] nesta Lusytania feneçeram teus trabalhos é será[m] conuertidos em descanso. E já no vençime[n]to que aquy ouuestes de vossos ymigos mostrou q[ue] sempre sereis ve[n]çedores desta geraça[m]: em qua[n]to guardades o do[m] q[ue] vos der a deosa da vytoria: pera fortaleza e segunra[n]ça da vossa cydade (f. 134v).

Com a ajuda de Orpinfo, os Troianos constroem, pois, uma cidade «com muros de jaspe» chamada Troia e, no meio dela, «a semelhança do castelo Ylyon [...] outro do mesmo jaspe», no qual dedicam «um templo, à deosa da vytoria de marauilhosos lauores e feitura» (f. 135r). Neste templo aparece o inequívoco sinal da mudança da fortuna dos troianos, através da sua reconciliação com a deusa Atena: no momento de aí celebrar o primeiro sacrifício, a deusa fez aparecer «hu[m]as armas bra[n]cas como crystal e de matéria fora do conhhecyme[n]to de todollos home[n]s» (f. 135v). Estas são colocadas explicitamente sob o sinal da reconciliação com a deusa e a boa fortuna:

Amigos Troyanos gente bem aue[n]turada e pouco dytosa no tempo presente: por qua[n]to vos lembastes de my[m] em me fazer te[m]plo: sendo eu na destroiçam de Troia grande vossa ymiga: agora na fundaçam desta me quero reco[n]çeliar comvosco e ser mayor vossa amiga. De maneira q[ue] em todallas gueras e co[m]petições que com vossos vezinhos ouuerdes seres vençedores: ysto em quanto estas armas que vos entreguo estiuere[m] neste meu templo. Por tanto sejam tydas em gra[n] de estima e guarda: porque ao te[m]plo que as perdedes tam bem o poder desta cydade juntamente com vossas vidas será perdido (f. 135r).

Uma vez narrado o estabelecimento dos Troianos na Lusitânia, Barros muda de ponto de vista e passa a contar a chegada dos Gregos pelas mesmas terras. Ulisses e os seus companheiros tinham lá chegado para procurar Aquiles, e levá-lo à guerra de Troia. Segundo uma versão do mito que Barros apresenta explicitamente como contraditória com a tradição homérica, Aquiles encontrava-se recolhido no mosteiro de Chelas dedicado ao culto de sua mãe, Tétis²⁷. Longe do lugar da sua futura vitória, Ulisses recebe a notícia da próxima inversão da sua fortuna, devido à mancha de imoralidade que pesaria sobre ele. Isto é revelado por Júpiter, quando lhe aparece em sonhos, numa cena que responde ao aparecimento de Heitor ante Rifane:

Ulysses qua[m] pouco team de aproveitar teus trabalhos ordenados pera a destroiça[m] de Troya: pois no fym delles & della ficaras mais vençido que vençedor: ca nam se conta por vytoria aque per engano & trayçam dos naturaes se alca[n]ça. & porque vos outros desta maneira cobreres Troya na[m] seres chamados vytoriosos: mas inue[n]tores dengano. & em galardam de taes obras nenhuu[m] de vos outros tornara a sua patrya descansado: se na[m] com muytos trabalhos alcançares vysta della & depois mortes desonrradas (f. 135r).

Prevalece aqui a figura medieval do Ulisses enganador e, por isso, castigado; aos Troianos, pelo contrário, fica reservado um futuro heroico na Europa, graças à fundação de Roma por Eneias:

...os Troianos desbaratados e ve[n]çidos cobraram gloriosa fama: porque da sua cidade sayra aq[ue]lle: da geraça[m] do qual naçera o fundador de Roma q[ue] em tamanha alteza nas armas floreçera que grandes partes do mu[n]do lhe serem sojeytas. & a vossa Grezia muy vmile sera sometida debaixo de seus pes (f. 135r).

Para compensar este infortúnio, Júpiter encomenda a Ulisses a fundação de uma cidade que seria capaz, já não de completar o esplendor de Roma na Lusitânia – tal era a função da Troia lusitana fundada por Rifane

²⁷ Barros sente a necessidade de justificar a presença do herói grego em terras lusas, pois contradiz explicitamente o relato homérico: «E acerca Darchyles e do[n]de o achara[m] conta Homero o co[n]traio: dizendo q[ue] o achou Ulyxes na ylha Scyros reyno de Licomedes: a[n]tre hu[m]a fylha sua chamada Deydamia e otras donzelas: onde o sua may em abito femeny l tinha escondido» (f. 135r). Se bem que o famoso episódio de Aquiles em Esquiro – escondido, disfarçado de mulher, entre as filhas de Licomedes, para evitar que fosse para a guerra de Troia, onde tinha sido anunciada a sua morte – não apareça no corpus homérico, este era referido, em particular, na *Aquileida* de Estácio. Existiu, contudo, uma tradição ibérica que deslocava o episódio da ilha grega para os confins ocidentais da Europa, em particular na *General estoria* de Alfonso o Sábio. Uma das provas alegadas para justificar a eleição do lugar foi a existência, na zona de Lisboa, de um convento chamado «Achelas»; é o caso, por exemplo, na *Crónica Troyana* de Alfonso XI, tradução para o castelhano do *Roman de Troie* de Benoît de Sainte Maure. Esta versão do episódio tornou-se muito popular, apesar de também discutida, nos inícios do século XVII. Para uma relação das fontes antigas, medievais e modernas relativas a essa questão, veja-se Carlos Villamarín (1992). Barros provavelmente tinha em mente esta versão da lenda. Contudo, não lhe interessa a relação onomástica entre o nome do herói Aquiles e o nome do mosteiro, Achelas. De facto, escolhe outra variante abreviada do nome, sistematicamente chamado «Chelas», bem como outra etimologia: «O qual mosteiro se chamaua Chelas: porq[ue] huu[m]a dona q[ue] o fundou e co[n]sagrou a deosa Tetys tinha os pes furados. e que[m] ysto tem chamam lhe os Gregos Cheles; e corro[m]pido ho :e: em :a: ficoulhe Chelas: assy que esta foy a causa donde tomou tal nome: posto que ahy aja outras opiniões falsas» (f. 135r). Barros distingue, na sua ficção, o templo troiano dedicado a Minerva e o templo de Minerva que se teria encontrado em Chelas, segundo contam vários autores referidos por Sucena (2006-2007).

nas páginas anteriores – mas de competir com ele. Esta nova cidade seria capaz de brilhar muito tempo depois da caída da cidade imperial latina:

E porque a tua geraçam nam fique com estas cousas abatida faz o que te dizer: cá este so remedeo te fara tam glorioso que nam ajas enueja aos Troyanos nem a seus fundadores. Onde esta segunda noyte vyres cayr huu[m] synal de foguo, aly fundaras huu[m]a cydade. Qual depois q[ue] a gra[m] Roma desfaleçer de seu senhorio perde[n]do o nome de[m]peratryz: creçera em tamanho poder e alteza q[ue] em todallas partes do mundo será temyda e amada: fazendo taes obras que as armas Gregas e Romanas p[er]deram sua gloria. Isto será pera ty mayor louvor que quantas cousas no çerco de Troya fizeres: por ta[n]to viue contente q[ue] o teu nome será exalçado por ser fundador de tal monarca (135v).

Consequência desta profecia, que coloca a capital do império português na continuidade do legado grego e em competição com a Roma troiana, Ulisses funda efetivamente a cidade de Ulissipo, conforme indicam múltiplas fontes historiográficas desde a Antiguidade. A localização da cidade é determinada pelo presságio mandado por Júpiter, mas também pela proximidade com Aquiles, guerreiro imprescindível para a competição com os Troianos.

Depois da fundação de Ulissipo, os dois povos, Gregos e Troianos, continuam as suas guerras, até à aliança matrimonial que descrevemos anteriormente entre Lys e Boa, a qual confere à cidade o seu nome de Lisboa, fruto da reconciliação entre os dois povos de heróis antigos. O posterior desaparecimento dos Troianos – roubadas as armas de Athena por causa dos Gregos, eles perdem a sua proteção militar e destrói-se a sua cidade, com exceção do castelo encantado que, séculos depois, Clarimundo visitaria – permite a Barros acabar a sua história com uma versão conforme às fontes históricas, nas quais nunca se menciona a presença dos Troianos nesta região do Atlântico.

Mediante este artifício fictício, Barros consegue dotar Lisboa e, através dela, a monarquia portuguesa, de uma dupla origem mítica, grega, conforme a tradição antiga que atribuía a fundação de Lisboa a Ulisses, e também troiana, através de Rifane e dos seguidores de Eneias, capazes de fundar na Lusitânia uma segunda Troia. O propósito de esta manipulação mitográfica era recuperar o legado troiano e, portanto, virgiliano, para Portugal, além da filiação homérica, e tal como Strozzi, Boiardo e, sobretudo, Ariosto tinham feito para a família d'Este.

Os capítulos 82 e 83 do terceiro livro oferecem, pois, uma série de representações do poder ansiado pela monarquia portuguesa durante as primeiras décadas da sua expansão pelos mares do globo. A genealogia régia, a geografia imperial e o relato da fundação de Lisboa proporcionam, de forma repetida em poucas páginas, três imagens deste mesmo processo. Quando nos referimos à genealogia, comentámos como Barros insiste nas continuidades entre os reinados e as dinastias, e configura uma representação homogénea dos sucessivos reis do Portugal moderno desde D. Afonso Henriques: esse seria, a partir da segunda metade do século xvi, um dos motivos característicos da épica portuguesa. Uma coesão similar se observa, de forma sincrónica, na descrição do império português. A longa lista de cidades, praças-fortes e territórios que se submetem ao poder do rei D. Manuel desenha uma geografia do império animada por dois movimentos contrários: por um lado, um movimento centrífugo, de Portugal para a Ásia, que mimetiza a dinâmica da expansão ultramarina portuguesa; e, por outro lado, o movimento contrário, de congregação de todos esses lugares até Lisboa, assim designada como o centro do império. Estes dois movimentos constroem uma tensão geográfica similar à tensão ética na qual se apoia o império, entre temor e admiração, medo e reverência necessários ao domínio sobre estes espaços. A mesma tensão observa-se na fictícia narração das origens de Lisboa: a sua fundação procede, segundo inventa Barros, da união entre os maiores inimigos da antiguidade, os gregos e os troianos, sendo Lisboa ao mesmo tempo réplica e concorrente de Roma, nova Troia. Em conclusão, o *tour de force* de João de Barros consiste em oferecer, graças aos recursos da ficção, uma visão sincrética dos vários postulados mitográficos sobre as origens de Portugal, como tinha feito ao combinar as origens húngara e bizantina de Clarimundo. Essa união de forças contrárias sob o cetro da monarquia portuguesa é a figura que cifra o propósito de Barros e faz do *Clarimundo* uma das grandes ficções políticas europeias de inícios do século xvi, sem dúvida à altura do *Orlando furioso* nesse aspeto.

Bibliografia

Fontes

- Aguilã Ruzola, Helena (ed.) (2023): Francisco Garrido de Villena, *Orlando enamorado*. San Millán de la Cogolla: Cilengua.
- Ariosto, Ludovico (1516): *Orlando furioso*. Ferrara: Giovanni Mazocco.
- Ariosto, Ludovico (1521): *Orlando furioso di Ludouico Ariosto ristampato et con molta diligentia da lui corretto*. Ferrara: Giovanni Battista da la Pigna.
- Barros, João de (1522): *Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal descendem*. Lisboa: German Gualharde. <<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000149361>> [Consulta: 23/04/2025].
- Brito, Bernardo Gomes de (1597): *Monarchia Lusytana composta por frey Bernardo de Brito chronista geral e religioso da ordem de S. Bernardo, professo no Real mosteiro de Alcobaça: Parte primeira que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso sñor Iesu Christo*. Mosteiro de Alcobaça: Alexandre de Siqueira e Antonio Alvarez.

- Castro, Gabriel Pereira de (1636): *Ulysseia, ou Lysboa edificada*. Lisboa: Lourenço Crasbeeck.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (ed.) (1954): *Crónica geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Académia portuguesa da História.
- Espinosa, Nicolás de (1555): *Segunda parte de Orlando, con el verdadero suceso de la famosa batalla de Roncesvalles, fin y muerte de los doce Pares de Francia*. Zaragoza: Pedro Bermuz.
- Garrido de Villena, Francisco (1555a): *Los tres libros de Mattheo Maria Boyardo conde de Scandiano, llamados Orlando Enamorado*. Valencia: Ioan de Mey Flandro.
- Garrido de Villena, Francisco (1555b): *El Verdadero suceso de la famosa batalla de Roncesvalles; con la muerte de los doze pares de Francia...* Valencia: Joan Mey.
- Góis, Damião de (1554): *Urbis Olisiponis Descriptio*. Évora: Andrea Burgense.
- Ludwig, Walther (ed.) (1977): Tito Vespasiano Strozzi, *Die «Borsias» des Tito Strozzi: ein lateinisches Epos der Renaissance*. München: W. Fink.
- Macedo, António de Sousa de (1640): *Ulyssipo. Poema heroico*. Lisboa: Antonio Alvares.
- Muñiz Muñiz, María de las Nieves (ed.) (2002): Ludovico Ariosto, 2002, *Orlando furioso*. Madrid: Cátedra.
- Nobiliário de Espanha escrito pelo Senhor Conde D. Pedro*. ANTT, Livros de Linhagens, núm. 144 (PT/TT/LH/144), <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223188>> [Consulta: 23/04/2025].
- Nobiliário do Conde D. Pedro*. ANTT, Livros de Linhagens, núm. 148 (PT/TT/LH/148), <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223189>> [Consulta: 23/04/2025].
- Resende, André de (1545): *L. Andr. Resendij Vincentius leuita et martyr*. Lisboa: Lodouicus Rhotorigius.
- Urrea, Jerónimo de (1549): *Orlando furioso*. Amberes: Martin Nucio.
- Tissoni Benvenuti, Antonia / Montagnani, Cristina (1999): Matteo Maria Boiardo, *Opere, L'inamoramento de Orlando*. Milano / Napoli: R. Ricciardi.

Bibliografia crítica

- Almeida, Isabel (2007): «Orlando Furioso em livros portugueses de cavalarias: pistas de investigação». *eHumanista* 8, pp. 227-241.
- Bizzocchi, Roberto (1995): *Genealogie incredibili. Scritti di storia nell'Europa moderna*. Bologna: Il Mulino.
- Blanco, Mercedes (2023): «Desde las alturas y a pie de campo. Vicisitudes de la mirada en algunos poemas épicos españoles». *Etiópicas: Revista de Letras Renacentistas* 19, pp. 13-61. DOI: <https://doi.org/10.33776/eti.v19.7949>
- Carlos Villamarín, Helena de (1992): «Aquiles en Portugal: Un aspecto de las versiones peninsulares del Roman de Troie». *Euphrosyne* 20, pp. 365-378.
- Carlos Villamarín, Helena de (2002): «Ulises, fundador de Lisboa. Algunhas anotacións». *Troianalexandrina: Anuario sobre literatura medieval de materia clásica* 2, pp. 31-40.
- Cirot, Georges (1905): *Études sur l'historiographie espagnole. Les histoires générales d'Espagne entre Alphonse X et Philippe II (1284-1556)*. Bordeaux: Féret & Fils.
- Curtius, Ernst Robert (1989): *Literatura europea y Edad Media latina*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Cusset, Christophe (1999): *La muse dans la bibliothèque : Réécriture et intertextualité dans la poésie alexandrine*. Paris: CNRS Éditions.
- Desbois-lentile, Adeline (2019): *Lemaire de Belges, Homère Belgeois : le mythe troyen à la Renaissance*. Paris: Classiques Garnier.
- Dias, Isabel de Barros (2019): «Linhagens imaginadas e relatos fundacionais desafortunados», in Isabella Tomassetti (coord.), *Avatares y perspectivas del medievalismo ibérico*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, I, pp. 181-205.
- Doroszlai, Alexandre (1998): *Ptolémée et l'hippogriffe : la géographie de l'Arioste soumise à l'épreuve des cartes*. Alessandria: Edizioni dell'Orso.
- Friedlein, Roger (2011): «El furor poètic escenificat», in Antoni L. Moll e Josep Solervicens (eds.), *La poètica renaixentista a Europa. Una recreació del llegat clàssic*. Barcelona: Punctum / Mimesi, pp. 47-66.
- Gómez Redondo, Fernando (2013): «El “adónico doblado” y el verso de arte mayor». *Revista de Literatura Medieval* 25, pp. 53-86.
- Grell, Chantal (2007): «Annius de Viterbe et le roman des origines en France et en Espagne», in Alain Tallon (ed.), *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux xvi^e et xvii^e siècles*. Madrid: Casa de Velázquez, pp. 227-250.
- Jong, Irene de (1987): *Narrators and Focalizers: the presentation of the story in the «Iliad»*. Amsterdam: B. R. Grüner.
- Jong, Irene de / Nünlist, René (2004): «From bird's-eye view to close-up. The standpoint of the narrator in the Homeric epics», in Anton Bierl, Arbogast Schmitt e Andreas Willi (eds.), *Antike Literatur in Neuer Deutung*. Munich / Leipzig: Walter de Gruyter, pp. 63-83.
- Kark, Christopher (2014): «Portugal as Nostos Interrupted». *Journal of Lusophone Studies* 12, pp. 119-142.
- Márquez Guerrero, Miguel Ángel / Gómez Canseco, Luis (2023): «Métrica, poética y humanismo en el *Laberinto de Fortuna* de Juan de Mena». *Revista de Filología Española* 103/1, pp. 159-182 DOI: <https://doi.org/10.3989/rfe.2023.007>
- Nascimento, Aires Augusto (2012): «Epónimos míticos de Lisboa: Ulisses, Hércules e outros. Títulos de nobilitação pela mão de humanistas portugueses», in *Ler contra o Tempo: condições dos textos na cultura portuguesa (recolha de estudos em Hora de Vésperas)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, II, pp. 625-241.

- Nicolopoulos, James (2000): *The poetics of empire in the Indies: prophecy and imitation in La Araucana and Os Lusíadas*. University Park: The Pennsylvania State University Press.
- Pavlova, Maria (2022): «Orlando furioso: The Saracen Perspective», in Mario Casari, Monica Preti e Michael Wyatt (coord.), *Ariosto and the Arabs: contexts for the Orlando Furioso*. Florence: I Tatti, pp. 75-97.
- Plagnard, Aude (2012): «Valence héroïque : premiers poèmes épiques espagnols de la fin du règne de Charles-Quint (Nicolás Espinosa et Francisco Garrido de Villena, 1555)», in Mercedes Blanco e Roland Béhar (eds.), *Les Poètes de l'Empereur. La cour de Charles-Quint dans le renouveau du XVI^e siècle (1516-1556)*. e-Spania 13 DOI: <https://doi.org/10.4000/e-spania.21496>
- Plagnard, Aude (2019): «Dessiner la nouvelle territorialité ibérique», in *Une épopée ibérique : Alonso de Ercilla et Jerónimo Corte-Real (1569-1589)*. Madrid: Casa de Velázquez, pp. 309-337. <<https://books.openedition.org/cvz/7497>> [Consulta: 23/04/2025].
- Plagnard, Aude (2023): «Ulises y Lisboa, ¿viuda o esposa?: Gabriel Pereira Castro versus Antonio de Sousa de Macedo», in Natalia Palomino Tizado (coord.), *Etiópicas* 19, pp. 261-300. DOI: <https://doi.org/10.33776/eti.v19.7957>
- Quint, David (1993): *Epic and empire: politics and generic form from Vigil to Milton*. Princeton: Princeton University Press.
- Reis, Flávio Antônio Fernandes (2013): *A Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem: retórica e ensinamento moral na crônica de João de Barros* [tese de doutoramento sob a orientação de Adma Fadul Muhana]. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Reis, Flávio Antônio Fernandes (2018): «O príncipe exemplar: o *Clarimundo* de João de Barros como modelo de príncipe dirigido ao futuro rei D. João III». *Cadernos de Pesquisa do CDHIS* 31/2, pp. 155-181.
- Richardson, Scott Douglas (1990): *The homeric narrator*. Nashville: Vanderbilt University Press.
- Sánchez-Prieto Borja, Pedro (ed.) (2009): Alfonso el Sabio, *General Estoria, Tercera parte*. Madrid: Fundación José Antonio de Castro.
- Siqueira, Ana Marcia Alves (2005): «A Crônica do Sonho Imperial Português». *Politeia - História e Sociedade* 5/1, pp. 119-131.
- Sucena, Eduardo (2007-2006): «O Vale e o Convento de chelas». *Arqueologia & História – Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses* 58-59, pp. 167-176.
- Tallon, Alain (ed.) (2007): *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVI^e et XVII^e siècles*. Madrid: Casa de Velázquez <<https://books.openedition.org/cvz/11038>> [Consulta: 23/04/2025].
- Valero Moreno, Juan Miguel (2016): «El verso. Las formas estróficas», in Fernando Gómez Redondo (coord.), *Historia de la métrica medieval castellana*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, pp. 502-541.
- Valsalobre, Pep (2003): «Una cort “ferraresa” a València: els Centelles, Ariosto i un programa de substitució de la tradició literària autòctona». *Caplletra: Revista internacional de filologia* 34, pp. 171-194.
- Valsalobre, Pep (2005): «Una cort italianitzant a València: notes sobre la recepció d'Ariosto a Espanya». *Quaderns d'Italià* 10, pp. 219-241.
- Vatin, Claude (2009): «Homère poète lyrique. L'étude des comparaisons dans l'*Illiade* (I-XVI)». *Ktèma* 34/1, pp. 351-387.
- Venturi, Gianni (2005): «“Magnificentia” e cultura alla corte estense: una genealogia fantastica tra Boiardo e Ariosto». *Letteratura e arte: rivista annuale* 3, pp. 1000-1012.